

INTERVENÇÃO DA ESCRITA: UMA NOTA PARA O ESQUECIMENTO EM RAÍZES DO BRASIL

Wilton James Bernardo-Santos
Universidade Federal de Sergipe

RESUMO: Este artigo analisa como um acontecimento: enunciativo a introdução de uma nota sobre a questão da língua em Raízes do Brasil numa edição posterior à primeira, que é de 1936. São destacadas as diferentes regiões de sentido que apontam para a intervenção da escrita em um processo histórico de silenciamento de línguas.

ABSTRACT: This article analyses as an enunciative event: the introduction of a note about the linguistic question in Raízes do Brasil (Roots of Brazil) in an edition ulterior to the first one (which is from 1936). The different regions of sense that signal the intervention of writing in a historical process of language silencing are highlighted.

Introdução

Sérgio Buarque de Holanda. Vasta obra, vasta fortuna crítica, referência e objeto de análise. Holanda, como Gilberto Freyre, é parte de um certo segmento de intelectuais brasileiros predicado por *Intérpretes do Brasil*. Dedicados a entender a formação histórica da sociedade, como se sabe, os *Intérpretes* são historiadores, sociólogos, teóricos e historiadores da literatura, ficcionistas e cronistas.

Predicado por intérprete, o sujeito é marcado por sentidos que o colocam numa posição de explicar algo. Ao mesmo tempo, esses sentidos abrem caminho para o reconhecimento de outras posições/explicações em relação ao objeto (por exemplo, interpretações de uma mesma canção; inclusive em seu sentido execucional, incluindo as versões de mesmo autor); ou seja, esses sentidos abrem para uma flexibilização, para uma aceitação deliberada de diferentes posições. Por outro lado, a palavra *intérprete* predica o estudioso como aquele que pode se pôr de modo

vacilante. Interpretar é ter incerteza ou mesmo errar a respeito de algo. Há algo de incerto naquele que interpreta. Esses sentidos têm a ver com a fluidez do estilo ensaístico: uma prosa de não-ficção que se exime de certos traços acadêmicos mais rígidos.

Como de minha parte importa trabalhar com os efeitos de sentido da institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil, no sentido mesmo de tomar parte em uma instituição, neste caso, a predicação Intérpretes do Brasil faz funcionar relações de sentido específicas; produz demarcações de territórios enunciativos nos domínios da instituição de ensino superior no Brasil. Esse percurso remete ao Anísio Teixeira (1989) e sua preocupação com a modernização da universidade brasileira, pelo conhecimento científico obtido através de pesquisa. Nessa direção, a autoria em S. B. de Holanda vem justamente ao encontro da proposta de Teixeira: o modelo alemão, a pesquisa documentada para discernir unidades de sentido no passado. Isto é, o que está em questão é a produção do conhecimento lingüístico no Brasil em Holanda, em seu fazer específico (Vainfas, 1998; Veloso & Madeira, 1999).¹

Resumindo, os Intérpretes são afetados pelas restrições dos procedimentos científicos próprios da instituição universitária, a partir dos anos da década de 1930, mas ao mesmo tempo se reservam ao direito de certas rupturas pelas vias do estilo.

Raízes do Brasil tem Copyright © em 1936, 1947 e 1955 de Holanda e espólio em 1995. Nessa história, o volume funde capítulos e agrega outros textos. A edição com a qual trabalhamos é a 26ª de 1995. Tem prefácio, *O significado de Raízes do Brasil* (pp. 9-21), copyright © em 1967, de Antonio Candido e *Post-Scriptum* (pp. 23-24), também de Candido, em 1986. A edição traz ainda um Posfácio, *Raízes do Brasil e depois*, do historiador Evaldo Cabral de Melo (pp. 189-193). Todo esse processo de agregação de textos é de fundamental importância para a compreensão da análise que trago aqui.

Dessa forma, devo pensar as obras como parte da instrumentação documental escriturada, pelo efeito da *papelada* como exterioridade constitutiva do simbólico (Rancière, 1994), a dispersão e ao mesmo tempo inunção de diferentes textos como encaixes constituintes da ordem territorial hierárquica própria das obras é ponto de partida. Estou falando a respeito dos “pesos” atribuídos a esses diferentes textos e, ao mesmo tempo, da agitação de sentidos por eles produzidos sobretudo quando sua entrada é tardia, posto que aí se configura um efeito de sentido específico entre locutores. É justamente a um fato dessa ordem que aqui me dedico: a entrada da questão da língua no *Raízes do Brasil* em nota de edição posterior à primeira edição de 1936.

Por que esse atraso para a entrada da questão? Diante disso, com dois

objetivos práticos imediatos, a presente leitura do *Raízes* quer trazer: a) uma proposta de reflexão sobre essa entrada como acontecimento histórico enunciativo (Guimarães, 2002); e b) uma análise das relações entre as diferentes regiões de sentido ao longo da *nota*.

1 Uma reflexão sobre *A língua-geral em São Paulo*

Ao menos de modo frontal, a questão da língua não aparece na primeira edição, de 1936. Ela vem em um conjunto de notas ao quarto capítulo: O semeador e o ladrilhador. Nesse conjunto, é a segunda nota: *A Língua-geral em São Paulo* (pp. 122-133). Seu aparecimento no volume só é possível a partir de 1945, como ficamos sabendo em um desdobramento da autoria já no primeiro parágrafo do texto da *nota*:

O assunto, que tem sido ultimamente objeto de algumas controvérsias, foi *tratado pelo autor* [grifo meu] no Estado de S. Paulo de 11 e 18 de maio e 13 de junho de 1945, em artigos cujo texto se reproduz a seguir, quase na íntegra (p. 122).

Palavras do próprio Holanda. Esse desdobramento da autoria significa uma volta histórica que acrescenta uma abertura para o novo no mesmo, ou seja, na republicação. Se essa compreensão explode a noção de intervalo de tempo por justaposição de fatos, o período em estudo é o do acontecimento histórico enunciativo, estruturante de temporalidades, na relação entre edições. É um processo de particularização construído por essa volta histórica.

É preciso então considerar o fato parte das condições históricas que fazem vir a público a questão da língua em uma posteridade. Como disse, ao longo das edições do *Raízes*, há todo um movimento de sentidos na fusão de capítulos, deslocamento de notas de rodapé, são incluídos índices onomásticos, de assuntos e longos textos são acrescidos ao volume com diferentes estatutos, seja pelo próprio autor, caso da “nossa” nota, seja por outros autores.

E é nessa movimentação das edições, nessa presença *do novo no mesmo*, instaurando temporalidades específicas, que temos a entrada da questão da língua justamente como uma deriva do processo histórico na enunciação. No relato da colonização do litoral para o interior, a questão é aí interposta. Assim, é importante dar atenção ao fato de que há um sentido perpendicular para a questão que vem como forma de significar o pouco contato de Portugal com São Paulo, “onde ainda no século XVIII as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim” (p.102). É esse o ponto de entrada no corpo do

capítulo que leva a nota 2. *A língua-geral em São Paulo*. Quer dizer, do ponto de vista autoral, a questão da língua vem para certificar esse pouco contato, mas, tomando o fato como um acontecimento enunciativo, a entrada da nota é uma deriva que significa o esquecimento da questão. Vejamos o índice do capítulo:

4 O SEMEADOR E O LADRILHADOR93

A fundação de cidades como instrumento de dominação - Zelo urbanístico dos castelhanos: o triunfo completo da linha reta - Marinha e interior - A rotina contra a razão abstrata. O espírito da expansão portuguesa. A nobreza nova do Quinhentos - O realismo lusitano - Papel da Igreja

Notas ao capítulo 4:

1. Vida intelectual na América espanhola e no Brasil..... 119
- 2. A língua-geral em São Paulo122**
3. Aversão às virtudes econômicas133
4. Natureza e arte137

Sabe-se da amplitude do debate sobre o problema da reescrituração no âmbito da autoria.² Mas, como preciso aqui restringi-lo à relação língua/escrita, é fundamental considerar que o que vemos na reedição do *Raízes* é a entrada de um alentado acréscimo de textos: 20 (vinte) páginas nas mesmas dimensões de formatação do texto principal. Assim como as 65 (sessenta e cinco) notas que vêm como simples referências bibliográficas ao capítulo no final do volume, essas notas ao quarto capítulo remetem a pontos específicos, mas gozam de um estatuto diferenciado: são longas e vêm junto ao capítulo.³ É possível então dizer que esse bloco de notas que adentrou a história do *Raízes* é um lugar em falso, porque essa diferença na materialidade gráfica não é constituída por “mudanças simplesmente exteriores ou formais” como quer o autor no prefácio da 2ª edição (p.25). *A língua-geral em São Paulo* enquanto nota e, mais ainda, nas condições históricas tais, enquanto acontecimento enunciativo, tem estatuto específico.

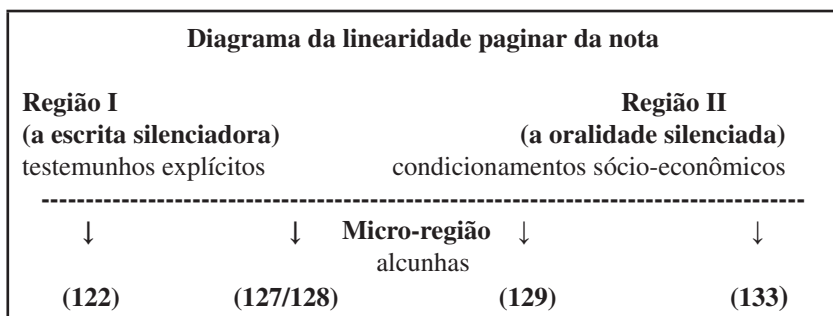
É preciso compreendê-la por esse encaixe “Notas ao capítulo 4”. Ou seja, considerar, na *categorização dos espaços* do volume, o que é *projetado* pelos efeitos de sentido entre locutores: o locutor da primeira edição como uma anterioridade e, no bloco, ou seja, na posteridade, o locutor da questão da língua.⁴ É constituída então uma ordem histórico-enunciativa específica. O que significa esse esquecimento histórico?

Que sentidos são rememorados nesse acontecimento enunciativo? O que significa essa entrada posterior que implica só encontrar lugar para a questão da língua em nota, em um paratexto? É um constitutivo esquecimento da instrumentação de base, a relação língua/escrita no processo histórico: a gramatização do português do Brasil (Auroux, 1992; 1998). Avancemos no textualizar da questão da língua.

2 Regiões de sentido para a *Língua-geral em São Paulo*

Nas onze 11 páginas dedicadas à questão (pp. 122-133), consideremos duas grandes regiões de sentidos. Na primeira, vem rememorado um passado da língua na antiga São Paulo descrito através do que o autor chama de “testemunhos explícitos” (pp. 122-127); na segunda, a rememoração vem descrita pelo que certa tradição chama de “condicionamentos sócio-econômicos” (pp. 129-133). Entre elas, estabelecendo uma fronteira histórica, vem uma micro-região, onde a questão é descrita através das alcunhas (pp. 127-128).

Para compreendermos relações de sentido que atravessam essas páginas, quero destacar, no funcionamento enunciativo, o sujeito afetado pelo instrumental analítico, uma anterioridade reguladora específica: a concepção do tempo histórico como secular que afeta o sujeito enunciativo. Vide o esquema a seguir.



Vejamos então como, pela materialidade da linguagem, atravessam sentidos nessas duas regiões demarcadas pela análise.

2.1 Conhecer/saber a língua (portuguesa), testemunhar a língua-geral (região I)

Na primeira região, testemunhos explícitos, casos e exemplos são estudados no sentido de elucidar qual é a língua mais falada na São Paulo

do século XVII. Como os sentidos circulam significando lugares institucionais - a escola, a família - logo aparecem na enunciação sentidos que constituem uma hierarquia para a relação sujeito/língua seguramente fora dos domínios do autor atravessando toda essa região I (pp. 122-127). Vejamos seqüências recortadas pela análise.

“**A língua que** nas ditas famílias **se fala** he a dos índios, e a portugueza a vão **aprender** os meninos à escola” (pp. 122-123).

“O nouo Vigário que veio provido naquella igreja, o qual **há mister quem o interprete**” (pp.123-124).

“Religiosos procedentes de fora, **desconhecendo** inteiramente a **língua da terra, se entendiam mal** com os moradores” (p. 123).

“Os filhos primeiro **sabem a língua** do gentio do que a materna”. Isto é, a portuguesa (p.124).

“[no Paraguai]: As mulheres **falavam só o guarani** e os homens **não se entendiam** com elas em outra língua (...) em outras partes (...) apenas os mais cultos **sabiam o espanhol**” (pp. 124-125).

“O juiz de órfãos precisou dar juramento a Álvaro Neto, **prático na língua da terra**, a fim de **poder compreender** as declarações de Luzia Esteves, filha do defunto, ‘**por não saber falar bem a língua portuguesa**’” (p. 125-126).

Observemos que os sentidos deslizam pelas dimensões do falar, aprender, interpretar [traduzir], saber a língua, mas notemos também a entrada de qualificação para essas dimensões: “se entendiam **mal**”, “saber falar **bem** a língua”. Com essa entrada, atentemos para uma certa gradação, um arco que vai sendo traçado, tendo como ponto alto [descrição minha] o “mais importante dos casos” [descrição de Holanda], o do caudilho Domingos Jorge Velho, o vencedor dos Palmares (pp. 126-127).

“Tendo de tratar com o bispo de Pernambuco no sítio dos Palmares, em 1697, **precisasse levar interprete, ‘porque nem falar sabe’**, diz o bispo. E ajunta: ‘nem se diferença do mais bárbaro” (p.126).

“Primeiramente, observa, as tropas de paulistas não são de **gente matriculada nos livros** de Sua Majestade” (p. 126).

“Permanece intato, todavia, o problema de saber se o ‘tapuia bárbaro’, **que nem falar sabia – entenda-se: falar português** -, terá sido autor de **tão sutis raciocínios**. Restaria, em verdade, o recurso de admitir que, sendo porventura sua a **letra** com que foram redigidos os escritos, não o seriam **as palavras** e, ainda menos, **as idéias**” (p. 127).

Se a autoria é atravessada pelos sentidos que constroem uma fronteira histórica entre línguas tal como no embate entre o “porque nem falar sabe” e o encaixe “-entenda-se falar português-”, é, por outro lado, fundamental ter em vista que a questão da língua é trazida na relação com certa gradação do raciocínio pelo “tão sutis”, o aspecto gráfico, a letra [o manuscrito], a dimensão do sistema lingüístico, ou seja, as palavras e a dimensão das “idéias” e em um sentido mais geral da escrita: “gente matriculada nos livros”. Como disse, há uma hierarquia nas relações e, nela, a intervenção da escrita é definitiva.

Vejam os então a seguir em um diagrama a tentativa de compreender essa construção que configura um processo histórico por onde a oralidade é silenciada pela escrita que aparece como uma fronteira tardia para a existência de outras línguas no embate com a portuguesa. Essa configuração constitui o que análise demarcou como região I. Vejam um resumo desse arco no quadro a seguir; nele, note-se que com o avançar das páginas a escrita intervém.

o “mais importante dos casos” → . Jorge Velho (**a escrita**) (p.126-127)
(**manuscrito/letra**, palavras, idéias)

. O **inventário** de Brás E. Leme (**a escrita**, p. 125)

. Antônio Pais de Sande (o relatório **escrito**, p. 124)

. O caso Inês Monteiro (o idioma natural, p. 124)

. Fins do Século XVII . Artur de Sá e Meneses – governador. (p. 123)

. Século XVII. Antônio Vieira (p. 122)

O que a análise nos apresenta é algo realmente da ordem que me preocupa: a intervenção da escrita fora do alcance autoral para limitar o lugar da oralidade no processo histórico. O trabalho de Holanda toma os escritos como lugar de constatação de um estado de coisas, mas não em seu funcionamento histórico. O sujeito enunciativo vem afetado por esse desejo de ouvir dos escritos: “quando principia a desaparecer, entre os moradores do planalto paulista, o uso corrente da língua tupi?” (p. 129). A escrita se interpõe então para interromper essa audição. Ela silencia a oralidade.

O sujeito historiador em Holanda opera para alcançar o que dizem os escritos; o como dizem os escritos pelo fato mesmo de serem escritos se restringe ao interesse pelas formas do sistema lingüístico enquanto dados relativamente ao indivíduo, um questionamento de ordem autoral sobre documentos manuscritos. O que se instala na materialidade, no entanto, é a sobreposição de sentidos em regras administrativo-funcionais constituindo um espaço político-enunciativo pela distribuição desigual do real. Como se vê, é uma contradição que instala conflito no centro do dizer; ação política escriturada para sobreposição dos sentidos estabelecendo limites que constituem uma divisão enunciativa. É nessa conflagração que assumir a palavra é ser “agenciado em configurações” particularizadoras dos espaços constituídos pelos dizeres próprios do lugar social autorizado em uma cena enunciativa. E, nessa ambientação, a intervenção da escrita é fundamental pelo fato de ser parte constitutiva do “agenciamento” legitimador.⁵

Quer dizer, nesse “ponto alto” da textualidade, os sentidos preponderantes são os da “verificação” de compatibilidade entre ordens, entre instâncias de poder e domínios de funcionamento do escrito (Auroux, 1998).⁶ A “ascendência genealógica” do indivíduo, seu “saber falar”, em

uma escala hierárquica de raciocínios, palavras, idéias. A enunciação constrói o sujeito nessa fronteira definida pela escrita. E o “esquecimento” da língua no processo histórico é parte dessa construção. Tanto que enquanto estado de coisas a escrita aparece para argumentar o atraso brasileiro como se vê pela nota 1. *Vida intelectual na América espanhola e no Brasil* por onde circulam sentidos de contraste entre as Américas pela falta da escrita como instrumento de cultura, falta de estabelecimentos gráficos, de “obras dadas à estampa” no Brasil.

Sendo assim, é na diferença entre edições, pela posição gráfica que a nota conflagra que vem a abertura para sentidos que atravessam o aparelho formal no entorno da autoria materializando a memória esquecida da relação língua, escrita e poder. Quer dizer, a materialidade gráfica, a razão gráfica, é historicamente parte constitutiva desse domínio.⁷ Vejamos agora como essa relação é textualizada na segunda grande região da nota.

2 O fim do tupi no planalto paulista: uma ordem residual (região II)

Nessa região, o caráter residualista para a oralidade se acentua na medida em que pesam sentidos por onde a língua aparece silenciada. É uma região governada pelos sentidos de um atraso, pelo pouco contato e, como veremos, há também um momento do fim: “o processo de integração da gente paulista no mundo da língua portuguesa pode-se dizer que ocorreu, com todas as probabilidades, durante a primeira metade do século XVIII” (p. 129). No relato desse processo vêm sentidos de certa renúncia da língua indígena:

“**Onde ainda no século XVIII** as crianças iam aprender o português nos colégios como as de hoje aprendem o latim” (p.102).

“Nos primeiros tempos da era setecentista **ainda aparecem** (...) referências precisas ao mesmo fato” (p.129).

“Na província de São Paulo, onde chegou no ano de 1825, o próprio Florence **pudera ouvir ainda a língua-geral** da boca de alguns velhos (...) Mesmo em Campinas, porém, **havia** por aquele tempo **quem ainda soubesse falar** corretamente o tupi. ... **Ainda em princípio do século passado**, d. Juana Furquim de Campos, filha de português, não falava sem deixar escapar numerosas palavras do antigo idioma da terra” (p. 130).

O que as relações de sentido firmam é o silenciar da língua indígena ao documentar sua presença residual tardia pelo “ainda” como marcador temporal de um atraso histórico. Também nesse sentido residualista, a abordagem focaliza o espaço geográfico e o comunicacional das instituições sociais, sobretudo a família.

“De modo que o processo de integração da gente paulista no mundo da língua portuguesa (...) ocorreu durante a primeira metade do século XVIII (...) e é possível que (...) não se tivesse completado inteiramente em certos lugares, ou entre certas famílias mais extremes de contato com novas levas de europeus” (p.129-130).

“As senhoras paulistas (...) conversavam naturalmente na **língua-geral brasílica que era a da amizade e a da intimidade doméstica**” (p.130).

“No Paraguai, é comum a todas as classes, mas (como outrora em São Paulo) **só empregada em família**, pois com estranhos se fala espanhol” (p. 130).

“**De portas adentro** não se falava senão o guarani” (p. 130).

“Nos lugares onde escasseavam índios administrados, e era o caso por exemplo, de Campinas, o português dominava sem contraste” (p. 130).

Se formalmente a presença tardia da língua indígena é declarada para argumentar o pouco contato da gente paulista como a língua portuguesa, do ponto de vista que compreende a nota como um acontecimento histórico enunciativo, os sentidos produzidos pelo texto significam justamente um limite histórico para a língua tupi.

3 Alcinhas: uma abordagem residualista (micro-região)

Esse processo de silenciar já é instaurado por sentidos que elegem um objeto mínimo. Quer dizer, a língua indígena já vinha no texto em processo de minimização na micro-região. Em pouco mais de uma página (p.127-128), em três parágrafos, para essa região vêm sentidos que constituem o sujeito na relação com as alcinhas descritas como uma

“circunstância que deve merecer aqui nossa atenção” (p. 127). A análise me levou a compreender esse enunciado de abertura da micro-região já trazendo sentidos de operações residualistas em funcionamento enunciativo no instrumental analítico do autor. Quero dizer que a entrada desse sentido de “merecimento”, de valorização, é algo da ordem do desprestígio da oralidade “popular” limitada a uma “circunstância” tomada na relação sociológica com a língua concebida não mais além do seu sistema lingüístico.

“Que nomes ou apelidos de **genuína procedência** lusa recebem sufixo aumentativo do tupi, como a espelhar-se, num consórcio às vezes pitoresco de línguas bem desse- melhantes, a mistura assídua de duas raças e duas culturas” (p.128).

Nessa micro-região, entram sentidos de “pura origem”, “genuína procedência”, “raridade”, “consórcio de línguas”, “sinal de uso” (p. 128) e o que regula o instrumental analítico diante do objeto, as alcunhas, é a frequência pelo par: “cada vez maior e mais exclusiva” / “diminuição, desaparecimento completo” (p. 128).

Nessa regulação, como disse, é crucial compreender uma anterioridade que torna possível o funcionamento desse instrumental. Uma temporalidade específica que predica o histórico como em “o que de fato se verifica, à medida que nos distanciamos do século XVII” (p.128). O gesto estabelece uma “regra geral” e com ela faz um corte no tempo cronológico até o século XVIII, o XIX já não aparece como passado. Por exemplo, ao considerar o apelido tupi “Sarutaiaá”, dado a um sujeito que só vem a morrer em 1802, Holanda declara: “Trata-se, porém, *já agora* de casos isolados, que escapam à *regra geral* e podem ocorrer a qualquer tempo” (p. 128).

Esse gesto já ao final da micro-região é que abre caminho para um tratamento que dá um lugar histórico residualista ao tupi como vimos. E a questão da língua vai efetivamente de modo frontal até o começo da página 132, onde tem início uma reflexão geral sobre perdas no processo. Nesse rol, Holanda inclui algo importante: “Em outras palavras [os portugueses] teriam de renunciar a muitos dos seus hábitos hereditários, de suas formas de vida e de convívio, de suas técnicas, de suas aspirações e, o que é bem mais significativo, de sua linguagem” (pp. 131-132). Os três parágrafos restantes da nota (pp. 132-133) constituem uma avaliação do processo histórico de um modo geral, onde a língua não é mais o centro de interesse, considerando as condições para a colonização que redundava na expansão das bandeiras. Nesse movimento em direção ao

índio, segundo o autor, houve uma contraparte de renúncias a heranças portuguesas. “Os portugueses precisaram anular-se durante longo tempo para afinal vencerem. Como o Grão de trigo dos Evangelhos, o qual há de primeiramente morrer para poder crescer e dar muitos frutos” (p. 133).

*

Se do ponto de vista autoral a colocação da questão da língua em edição posterior argumenta a falta de contato da gente paulista com Portugal dada a presença tardia da língua indígena em São Paulo, espero ter demonstrado que o “esquecimento” da questão da língua em *Raízes do Brasil* tem sentido histórico específico na medida em que a nota vem para preencher uma lacuna.

Em primeiro lugar porque do ponto de vista do político, pela projeção de sentidos (efeito entre locutores das diferentes edições), é rememorado um silêncio que vem na relação com o Estado, ou seja, a política de língua para regulação, resistência, divisão na disputa entre línguas. E é o acontecimento enunciativo o lugar por onde a própria materialidade escrita da linguagem é contraparte no silenciar da língua-outra. Posto que através do próprio da nota, enquanto documentação escriturada constitutiva do processo histórico, é marcado então o esquecimento da questão da língua. Quer dizer, uma particularidade da escrita, seu caráter espacial, torna visível esse acontecimento histórico. A escrita inter-vém por conta de uma sua particularidade.

Em segundo lugar, mas, claro, sem estar descolado desse acontecimento, o sujeito enunciativo em operação, no instrumental analítico, na textualidade vem afetado pela sobreposição de sentidos própria da escrita enquanto intervenção histórica. Justamente pelo desejo de dar a saber algo através da escrita em detrimento de seu funcionamento que se dá por instrumentação lingüística, a gramatização (Auroux, 1992). O trabalho do autor recolhe em documentos escritos dados a saber como fonte histórica, mas não leva em conta os efeitos de seus sentidos como intervenção histórica na relação sujeito/língua.

Notas

1. Em artigo Vainfas (1998) procura situar o trabalho de Holanda em linha de filiação com a história das mentalidades, a história das idéias, a história da cultura material, mas o destaca como historiador rebelde que desafia e sugere por meio de metáforas. Esse caminho das metáforas é seguido por Veloso & Madeira em *Leituras brasileiras* (1999) onde as autoras fazem uma reflexão sobre a nomeação “raízes do Brasil” na tentativa de compreender a partir daí o modo de funcionamento do trabalho do autor.

2. Sobre as edições de *Raízes*, em seu *O exílio do homem cordial*, no cap. 4, “O exílio como eixo: bem-sucedidos e desterrados. Ou: por uma edição crítica de *Raízes do Brasil*” (pp. 105-141), Rocha (2004) reflete sobre reescrita e releitura. Procurando expor o “efeito de contrastes entre as edições”, o autor se detém em uma “mudança radical” em relação aos fundamentos da formação social brasileira. Para ele, na primeira edição, Holanda toma a “transplantação da cultura europeia para os trópicos”, com o “otimismo” que tem a “experiência brasileira como exitosa” donde o parágrafo de abertura da primeira edição “parecia a própria metonímia do título” (p. 111). Já o parágrafo de abertura da edição de 1967, traria uma “modificação [que] não poderia ser maior, já que agora, a experiência histórica brasileira parece condenada ao descompasso entre as idéias e o seu lugar”. E completa: “destaque-se o fator decisivo: não se trata de correção estilística, que vise aprimorar a expressão ou torná-la mais clara, tampouco do acréscimo de dados que aprimorem o argumento, mas da supressão completa da idéia chave, simplesmente substituída pelo seu contrário” (p. 113). O que surpreende é que a entrada da “questão da língua” não é discutida por Rocha.

3. O índice remissivo, pela entrada “língua”, não leva à nota.

4. Nesse ponto tiramos proveito da análise em Guimarães (2002, pp. 11-15) sobre acontecimento e temporalidade. O acontecimento é uma diferença produzida pelo efeito de sentido entre locutores. A existência de uma anterioridade (uma coluna de revista, por exemplo) que categoriza os espaços, um passado que rememora ao abrigar o novo. Com essa diferença, vem a abertura de uma “latência de futuro” que projeta sentido ao recortar um memorável: uma “temporalidade específica” (escriturada) para “instruir, indicar como saber tal”. A noção de instrução vem a partir da teoria polifônica de Ducrot (1984). Desse ponto, recorrendo à teoria da Análise de Discurso, tendo em vista essa divisão, o autor nos diz então da diferença entre locutor e sujeito. O locutor é falado pelo sujeito no funcionamento da língua: o sujeito somente o é enquanto tal afetado pelo interdiscurso. Consideremos então como consolidada a concepção segundo a qual o sentido forte na e da linguagem fica fora do alcance do indivíduo justamente pelo fato dele “saber o que diz”. Esse saber funciona pelo interdiscurso (Orlandi, 1999).

5. O instrumento que ponho em operação vem da reflexão feita por Guimarães op. cit., pp. 15-18.

6. A orientação vem por Auroux (1998): “o escrito só aparece (e se mantém) em sociedades fortemente hierarquizadas, e entretém desde a origem (e sobretudo na origem) relações muito estreitas com as diversas instâncias de poder” (p. 68).

7. O conceito de razão gráfica Auroux (op. cit. p. 73) toma em J. Goody (1977). No desenvolvimento intelectual humano, é preciso considerar o aparecimento de “uma nova forma de tecnologia, e por conseguinte uma nova forma de racionalidade.”

Referências Bibliográficas

- AUROUX, Sylvain. *Filosofia da linguagem*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1998.
- _____. *A Revolução tecnológica da Gramatização*. Trad. Eni Orlandi. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.
- GUIMARÃES, Eduardo. *História e Sentido na linguagem*. Campinas, SP, Pontes, 1989.

- _____. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP, Pontes, 2002.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- ORLANDI, Eni. P. *As formas do silêncio*. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 1988.
- _____. *Análise de discurso : princípios e procedimentos*. Campinas, SP, Pontes, 1999.
- ROCHA, João Cezar de castro. *O exílio do Homem cordial : ensaios e revisões*. Rio de Janeiro : Museu da República, 2004.
- RANCIÈRE, Jacques. *Os nomes na história: um ensaio de poética do saber*. Trad. Guimarães, E. & Orlandi, E. São Paulo, Pontes/Educ, 1994.
- VAINFAS, Ronaldo. “Sérgio Buarque de Holanda: historiador das representações mentais”. In: CANDIDO, Antônio (org). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, SP, Perseu Abramos, 1998.
- VELOSO, Mariza & MADEIRA, Angélica. “Sérgio Buarque de Holanda: raízes e rizomas do Brasil”. In: *Leituras brasileiras: itinerários do pensamento social e na literatura*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

Palavras-chave: *escrita, nota de rodapé, enunciação*

Key-words: *writing, text note, utterance event*